

Extrato do Primeiro Aditivo/2005.

PROCESSO: Primeiro Aditivo/2005

Partes: Câmara Municipal Rondonópolis MT,

e a empresa: Maria Ferreira Neves


OBJETO: Prorrogação do constante da Clausula 4.1 do Contrato nº 10/2005.

Dotação:
01 – CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
0103 – Secretaria de Administração
3390.36.00.00.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Prazo: O presente Aditivo terá vigência a partir de 3(três) meses, tendo seu início em 01.10.2005 e término em 31.12.2005, tendo em vista a manutenção dos valores já praticados que representará sensível economia ao erário.

Data da Assinatura: 01 de outubro de 2005.

Rondonópolis (MT), 01 de outubro de 2005.


Mohammad Khalil Zaher
Presidente da Câmara Municipal de Rondonópolis

Extrato do Contrato Nº 18/2005.

PROCESSO: Contrato nº 18/2005

Partes: Câmara Municipal Rondonópolis MT,

e a empresa: REFRICOL Comércio & Prestação de Serviços Ltda


OBJETO: Manutenção preventiva e corretiva do Sistema de Ar Condicionado instalado nas dependências da Câmara Municipal de Rondonópolis-MT.

Dotação:
01 – CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
0.0 - 003 – Secretaria de Administração e Patrimônio
0.0 - 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Valor total: R\$ 1.500,00 (Hum Mil e Quinhentos Reais).
Prazo: O presente contrato terá a vigência máxima de 3(três) meses, contados a partir de 01 de outubro de 2005 e término em 31 de dezembro de 2005, podendo ser aditado dentro dos limites permitido pela legislação e desde que haja interesse da Administração, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Data da Assinatura: 09 de setembro de 2005.

Rondonópolis (MT), 12 de setembro de 2005.


Mohammad Khalil Zaher
Presidente da Câmara Municipal de Rondonópolis

Extrato do Contrato de Estagiário nº 25/2005.

PROCESSO: Contrato de Estágio nº 25/2005

Partes: Câmara Municipal Rondonópolis MT,

e a empresa: Giseli Letícia Nieri Minozzi

OBJETO: Concessão de bolsa de estágio nos moldes do termo de convênio firmado entre a contratante e a instituição de ensino onde encontra a estagiária regularmente matriculada, com carga horário de 30(trinta) horas semanais.

Dotação:
01 – CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
05 – Secretaria de Finanças e Orçamento
3390.36.00.00.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Valor mensal: R\$ 324,00 (Trezentos e Quatro Reais).
Prazo: O presente contrato terá a vigência de 12(doze) meses, contados a partir de 05 de setembro de 2005 e término em 04 de setembro de 2006.

Data da Assinatura: 05 de setembro de 2005.

Rondonópolis (MT), 12 de setembro de 2005.


Mohammad Khalil Zaher
Presidente da Câmara Municipal de Rondonópolis

Convênio

Extrato do Convênio nº 01/2005.

PROCESSO: Convênio nº 01/2005

Partes: Câmara Municipal Rondonópolis MT,

e a empresa: Faculdade do Sul de Mato Grosso – Centro de Ensino Superior de Rondonópolis


OBJETO: Proporcionar aos alunos regularmente matriculados no curso de graduação de Administração de Empresas e Comércio Exterior, a oportunidade de estágio junto ao CONCEDENTE, como forma de complementação do ensino e da aprendizagem e ao mesmo tempo possibilitar a melhoria dos serviços administrativos da Câmara Municipal de Rondonópolis, através do intercambio acadêmico-profissional.

Dotação:
01 – CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
05 – Secretaria de Finanças e Orçamento
3390.36.00.00.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Valor mensal: R\$ 324,00 (Trezentos e Vinte e Quatro Reais).
Prazo: O presente Convênio terá vigência a partir de 01 de setembro de 2005, podendo ser prorrogado até o limite de 60(sessenta) meses, podendo ser rescindido ou alterado mediante termo aditivo.

Data da Assinatura: 30 de agosto de 2005.

Rondonópolis (MT), 30 de agosto de 2005.


Mohammad Khalil Zaher
Presidente da Câmara Municipal de Rondonópolis



Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano VI - Nº 1139 - Segunda-feira, 31 de Outubro de 2005

Poder Executivo

Lei

LEI Nº 4.676, DE 21 DE OUTUBRO DE 2005.

Estabelece NORMAS PARA FECHAMENTO DE LOTEAMENTOS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º – É admitida a implantação de loteamentos destinados às edificações residenciais com seu perímetro de forma fechada com acesso particular controlado, destacando-se o sistema viário público principal.

Art. 2º – Os fechamentos de loteamentos nos diferentes zones de uso urbano e de expansão urbana do município de Rondonópolis-MT realizados pela iniciativa privada, são regulados por esta Lei obedecendo às diretrizes nela estabelecidas.

§ 1º – Poderá ser requerido o fechamento de loteamento aprovado no período de 2 (dois) anos após a data da publicação desta Lei.

§ 2º – Os loteamentos já existentes que não tenham sido aprovados total ou parcial ou que tenham sido modificados em conformidade com a Lei Federal 6766/79, poderá requerer seu fechamento.

Art. 3º – Para o fechamento do loteamento deverá-se buscar o necessário equilíbrio entre os interesses público e privado, cuja disposição urbanística não poderá ficar em desarmonia e desarticulação com as principais vias de circulações públicas ou corredores de trânsito e tráfego do sistema viário integrado da cidade.

§ 1º - Junto com o pedido de aprovação do loteamento, o interessado deverá apresentar à Secretaria Municipal de Planejamento pedido de fechamento do mesmo e de concessão de direito real de uso de bens públicos para destinação de vias de circulação internas, áreas

Expediente	
Prefeito Municipal	Adilton Domingos Sachetti
Vice-Prefeito	Manoel Machado
Secretaria de Ação Social	Rosemar Lindé Sachetti
Secretaria de Administração	Gastão de Matos
Sec. de Desenv. Econ. e Meio Ambiente	Elio Rasia
Secretaria de Educação	Professor Javert Melo Vieira
Sec. Esporte, Cultura e Lazer	Renato Marcelino Dolce de Souza
Secretaria de Finanças	Clóvis Gonçalves Vicentini
Secretaria de Governo	Ailton das Neves
Secretaria de Planejamento	Eugênia Lemos Barros Bárbara
Secretaria da Receita	Edenício Avelino Santos
Secretaria de Saúde	Fábio Roberto Ribeiro Cardozo
Sec. Transporte, Trânsito e Desenv. Urbano	João Batista de Oliveira
Procuradoria Geral do Município	Adilton Pinto da Silva
CODER	Milton Luiz Araújo
SANEAR	Marcos Antonio Ribeiro dos Reis
Diário Oficial do Município	Luiz Antonio da Silveira Abreu
IMPRO	Josemar Ramiro da Silva

verdes e espaços comunitários, o qual será acompanhado pelos seguintes documentos:

- Minuta do estatuto da futura associação que deverá ser constituída pelos adquirentes dos lotes;
- Identificação dos bens públicos a que se pede de uso concessão de direito real (denominação, área, características específicas, etc);
- Reservas municipais, nos casos de loteamento com área igual ou maior a 50.000m2 (cinquenta mil metros quadrados), a fim de atender ao disposto no Art. 12 desta Lei.

§ 2º - Nos de loteamentos que se enquadrem no parágrafo único do Artigo 2º, além dos procedimentos anteriores descritos, o interessado deverá apresentar cópia do Decreto de aprovação do loteamento expedido pelo poder municipal competente.

§ 4º - As áreas de proteção ambiental não poderão ser incluídas nos fechamentos de planos urbanísticos.

Art. 5º – Fica o Poder Executivo autorizado a aprovar o fechamento do loteamento desafetar bens públicos e permitir o uso destes para tal fim.

§ 1º - A Concessão de Direito Real Uso deverá ser levada o registro junto matrícula do loteamento e será outorgada ao loteador pelo prazo de 02(duas) anos e posteriormente a sociedade civil devidamente legalizada e constituída pelos proprietários dos lotes do loteamento fechado;

§ 2º - Caberá ao interessado as despesas oriundas da concessão, inclusive aquelas relativas à lavratura e ao registro do competente instrumento.

§ 3º - O interessado se obrigará a executar todas as praças de lazer, esportes, paisagismo e outros equipamentos comunitários próprios para a auto-suficiência da restrita comunidade.

Art. 6º - A concessão de uso pela Prefeitura Municipal das vias, áreas verdes e espaços livres gera aos proprietários dos lotes a obrigação de mantê-los e conservá-los, além de outras obrigações decorrentes do uso em comum, devendo neste Instrumento de Concessão estar delimitado precisamente os direitos e deveres da entidade

DIORONDON			
Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensas Oficiais			
Impressão, Distribuição e Assinatura			
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526			
Vila Aurora - fone (66) 422-3333 ramal 219			
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2º a 6º das 12 as 18h			
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000			
Órgão de Responsabilidade da Sec. Administração: Gastão de Matos			
Diário Oficial: Luiz Antonio da Silveira Abreu			
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br			
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br			
Tabela de Preços do Diorondon			
Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município (via correio)	R\$ 160,00
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65		
Assinatura Semestral		Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros:	
retrada no balcão	R\$ 50,00	por centímetro linear de coluna	R\$ 1,20

associativa, que se responsabilizará pela manutenção das coisas públicas no loteamento fechado.

Art. 7º – O loteamento fechado não possuirá natureza jurídica de condomínio.

Parágrafo único – Neste tipo de loteamento não se admite a possibilidade de construção e incorporação de condomínio horizontal.

Art. 8º – A concessão de uso de bens públicos no loteamento fechado prevalecerá até que o crescimento da cidade ou expansão urbana exija necessidade de articulação com o loteamento circundado, de modo que com essa condição não interrompam as vias públicas de circulações públicas, ou corredores de trânsito e tráfego, de se comunicarem com o processo de desenvolvimento urbano.

§ 1º - A condição de interrupção das principais vias de circulações públicas, ou corredores de trânsito e tráfego, de modo a criarem obstáculos ao processo de desenvolvimento urbano, deverá ser comprovado através de estudos técnicos urbanísticos específicos.

§ 2º - Os mencionados estudos somente produzirão efeitos sobre este Artigo se devidamente aprovados pela Câmara Municipal.

Art. 9º – Loteamentos fechados serão permitidos nas diversas zonas que admitam o uso residencial, classificadas no zoneamento do município de Rondonópolis-MT.

§ 1º – No loteamento fechado somente deverá ser construído residências uni familiares com o gabarito máximo de 02 (dois) pavimentos (compreendido o térreo), não se admitindo a formação de condomínios horizontais ou verticais.

§ 2º – Os proprietários, compromissários compradores e compromissários cessionários, ou seus sucessores, a título singular ou universal, de imóveis pertencentes aos loteamentos, que trata esta lei, ficam obrigados às observâncias das normas e específicas quanto à ocupação do solo e aos aspectos ambientais e sanadas das leis municipais que tratam das respectivas matérias e as restrições urbanísticas do direito de construir, constantes do memorial e no contrato de concessão de empreendimento.

Art. 10 – O fechamento do loteamento poderá ser de muro de alvenaria ou outro tipo apropriado a critério do empreendedor, que circunde e separe o empreendimento, propiciando segurança e estética urbana.

§ 1º – O fechamento deverá ter altura mínima de 1,80m (um metro e oitenta centímetros) e altura máxima de 3,00m (três metros) em relação ao nível oficial da contínua calçada pública.

§ 2º – Nas esquinas os muros deverão ser construídos em ângulos ou arredondamentos, obedecendo aos catetos mínimos de 3,00m x 3,00m.

§ 3º – Os muros deverão sempre atender outros requisitos constantes no Código de Edificações do Município, no que couber.

CAPITULO II Dos Requisitos Urbanísticos Gerais

Art. 11 – O segmento da rua ou avenida pública envolta de loteamento fechado, quando da ausência de cruzamento com vias públicas de outros loteamentos, deverá ser intercalado por rótula central para retorno com diâmetro mínimo de 21,00m (vinte um metros) entre os meio-fios.

Art. 12 – Loteamento fechado com área igual ou superior a 50.000,00 m² (cinquenta mil metros quadrados) deverá disponibilizar, fora do perímetro fechado, reservas municipais destinadas ao uso institucional (educação, saúde, etc.) ou à implantação de equipamentos urbanos (abastecimento de água, esgoto ou outros instrumentos públicos), de no mínimo 7% (sete por cento) da área total do parcelamento.

Parágrafo único – As localizações adequadas dessas específicas reservas públicas obedecerão ao critério urbanístico da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, propiciando locações estratégicas à comunidade local e adjacências.

Art. 13 – Caso o Poder Público Municipal julgue dispensável Reserva Municipal anexa ao loteamento fechado ou por ser em local adjacente ou circunvizinho a bairros consolidados de equipamentos comunitários, a Secretária Municipal de Planejamento poderá propor a permuta do percentual de reserva municipal, de que trata o artigo anterior, para outra localidade em zona urbana ou de expansão urbana que por ventura o loteador venha a possuir.

§ 1º – A outra área de mesma propriedade para a permuta de que trata o presente artigo, é definida como objeto para a recepção da transferência do mesmo percentual tratado em artigo antecedente, a qual poderá ser em terras não loteadas ou em quadras de outros loteamentos.

§ 2º – A incorporação da nova área recebida pelo Poder Público Municipal deverá ser realmente apropriada para outra comunidade a que se destina ou para a sociedade como um todo, observando-se os objetivos considerados de utilidade pública ou de interesse social.

§ 3º – A transferência de áreas, de que trata o caput do presente artigo, deverá ser de forma a equilibrar os valores monetários das terras em questão para se permitir uma troca justa.

§ 4º – Os preços dos imóveis, de que trata o parágrafo anterior, terão como base os valores venais atualizados fornecidos pelo Setor de Cadastro Imobiliário Municipal, com as benfeitoria(s) nele porventura existente(s).

Art. 14 – A destinação de reserva pública exigida nas formas dos artigos anteriores não poderá ser prejudicada em detrimento do plano urbanístico já executado.

Parágrafo único – Em caso da não destinação de reserva pública nas formas previstas, o loteador ressarcirá em pecúnia ao Poder Público Municipal.

CAPITULO III Dos Requisitos Urbanísticos no Interior de Loteamento Fechado

Art. 15 – No interior de um Loteamento Fechado deverão ser disponibilizadas áreas comunitárias destinadas às praças de lazer, esportes, jardins ou áreas verdes e aos espaços para edificações de uso comum, tais como guarita, centro comunitário e outros, de no mínimo 13% (treze por cento) do perímetro fechado, devendo atender as necessidades da densidade demográfica prevista no empreendimento.

Parágrafo único – As áreas comunitárias específicas ao lazer, esportes, jardins ou áreas verdes obrigatoriamente, não poderão ser inferior a 10% (dez por cento) da área interna do loteamento.

Art. 16 – Os terrenos dentro dos loteamentos fechados não poderão fazer divisas para a rua externa ao loteamento, devendo ter em seu perímetro interno as condições de circulação.

Parágrafo único – Poderão ser toleradas as praças de lazer, esportes, jardins, paisagismo ou áreas verdes no perímetro interno de um loteamento fechado.

CAPITULO IV Das Posturas Urbanas do Loteamento Fechado

Art. 17 – A guarita poderá ser construída no perímetro de um loteamento fechado, devendo atender aos preceitos do código de edificações do Município.

Art. 18 – A faixa de entrada e/ ou saída de veículos não poderá localizar-se em distância inferior a 5,00m (cinco metros) dos vértices do perímetro do loteamento fechado.

Parágrafo único – O portão (cancela) de entrada e/ ou saída de veículos deverá distanciar no mínimo 10,00m (dez metros) do alinhamento do perímetro com a calçada da rua externa ao público.

Art. 19 – Os encargos de segurança, conservação do sistema viário, das áreas comuns e dos equipamentos de uso coletivo dos moradores, bem como a limpeza interna serão de responsabilidade do proprietário do loteamento e, posteriormente, da associação de moradores do loteamento fechado.

Parágrafo único – Os encargos de que trata o presente artigo deverão constar no Instrumento de Concessão de Uso de Bens Públicos.

Art. 20 – É facultativa a existência de um local apropriado para a instalação de "containeres" necessários à deposição diária do lixo interno, dentro do perímetro de loteamento fechado e não ocupando a calçada da rua ou avenida pública, acessível à operação dos caminhões públicos de coleta de resíduos.

CAPITULO V Das Disposições Finais

Art. 21 – A extinção ou dissolução da entidade concessionária, a alteração da destinação da área, o descumprimento das condições estatuídas nesta Lei ou nas cláusulas que constarem no respectivo instrumento e a inobservância dos prazos legais para a construção da infra-estrutura do loteamento implicarão na revogação do fechamento e da rescisão da concessão, revertendo às vias públicas ao uso comum e de pleno direito à posse do Município, com todas as benfeitorias nele introduzidas, sem quaisquer indenizações ou compensações.

Art. 22 – O Poder Público Municipal poderá baixar decreto que regulamente normas ou especificações complementares ao necessário atendimento de dispositivos desta Lei.

Art. 23 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação desta Lei, as propostas de alteração da mesma, bem como a disciplina

Licitação

RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇOS Nº 023/2005."

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Tomada de Preços nº 023/2005, tendo como objeto **"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O NÚCLEO LABORATORIAL DE TECNOLOGIA E CONTROLE DE ALIMENTOS"** que após a análise detalhada do recurso proposto pela empresa STANDARD LAB LTDA, a Comissão de Licitação resolveu julgá-lo improcedente, sendo mantida a decisão de considerar CLASSIFICADAS E VENCEDORAS deste certame licitatório as empresas:

- 1) N.G. CIENTÍFICA LTDA..... R\$ 148.952,00
- 2) CONSULAB COMÉRCIO DE MATERIAIS LABORATORIAIS LTDA-ME..... R\$ 123.271,00
- 3) STANDARD LAB LTDA..... R\$ 15.557,00
- 4) RÔMULO ÁVILA DA SILVEIRA FILHO- ME..... R\$ 8.238,00
- 5) MICROMASTER INFORMÁTICA LTDA..... R\$ 35.784,80
- 6) BIOSYSTEMS COMERCIAL, IMPORTADORA, EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA..... R\$ 45.466,85


Rondonópolis-MT, 26 de Outubro de 2005.



SILVANA MARIA DE MOURA BONJOUR
Presidente da Comissão de Licitação.

Poder Legislativo

Contrato

 **CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS**
CNPJ: 00.177.279/001-83
Endereço: RUA CAFELÂNDIA S/N LA SALLE.
CEP: 78.710-760 - RONDONÓPOLIS - MT Fone: (66) 426 - 9250

Extrato do Contrato Nº 17/2005.

PROCESSO: Carta Convite nº 10/2005

Partes: Câmara Municipal Rondonópolis MT,

e a empresa: C.S.M. – Comércio Derivados de Petróleo Ltda

OBJETO: A Contratada neste ato e por este instrumento, obriga-se a fornecer, à contratante, combustível destinado à Presidência e Secretarias deste Legislativo.

Dotação:
01 – CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
0.0 - 003 – Secretaria de Administração e Patrimônio
0.0 - 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Valor total: R\$ 12.900,00 (Doze Mil e Novecentos Reais).
Prazo: O presente contrato terá a vigência máxima de 5(cinco) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser aditado dentro dos limites permitido pela legislação e desde que haja interesse da Administração, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Data da Assinatura: 29 de agosto de 2005.

Rondonópolis (MT), 31 de agosto de 2005.



Mohammad Khalil Zaher
Presidente da Câmara Municipal de Rondonópolis


GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

572/2005	LUCINEIDE RODRIGUES SIQUEIRA CANDIDO	R\$ 647,51 MENSAL	EDU.	17/10/2005 A 15/12/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: FRANCISCA DA PAZ VIEIRA, NA E.M.EDIVALDO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

573/2005	MAGDA APARECIDA DE OLIVEIRA MORAES	R\$ 72,85 GLOBAL	EDU.	17/10/2005 A 18/10/2005	02 05 1236121202039039 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 30 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: ELENICE MOURA DE SOUZA MOREIRA, NA UMEI MÃE MARGARIDA, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

574/2005	ROSELI LUIS DA SILVA	R\$ 64,75 GLOBAL	EDU.	17/10/2005 A 19/10/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: IZABEL ROSA MARQUES OLIVEIRA, NA E.M.ROSELY, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

575/2005	CORACI ROSALVES DE OLIVEIRA	R\$ 107,92 GLOBAL	EDU.	17/10/2005 A 21/10/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: REINALDO RODRIGUES DIAS, NA E.M.FIRMICIO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

576/2005	MARILEUZA LAZARO DOS SANTOS	R\$ 147,69 GLOBAL	EDU.	17/10/2005 A 21/10/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTE GOMES, NA E.M.JOSÉ ANTONIO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

577/2005	ROGERIO LOPES RIBEIRO	R\$ 107,92 GLOBAL	EDU.	17/10/2005 A 21/10/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: CELMA WEIGERT DA CRUZ, NA E.M.SÃO JOSE, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

578/2005	ELIUDE RODRIGUES REZENDE	R\$ 107,92 GLOBAL	EDU.	17/10/2005 A 31/10/2005	02 05 1236121202039039 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 30 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: ANA CRISTINA DE SOUZA NAPOLEONI ZABEN, NA UMEI MONTE CARLO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

579/2005	JOANA RIBEIRO ESTEVÃO	R\$ 647,51 MENSAL	EDU.	17/10/2005 A 11/12/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: MARIA DE LURDES DE SOUZA SILVA, NA E.M.1º DE MAIO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

580/2005	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	R\$ 287,37 GLOBAL	EDU.	18/10/2005 A 27/10/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: ERIKA CRISTINO MARIANO, NA E.M.1º DE MAIO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

581/2005	JOSIENE LOPES DE CARVALHO SANTOS	R\$ 1.454,81 MENSAL	EDU.	19/10/2005 A 01/11/2005	02 05 1236121202039039 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 30 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: ELENICE MOURA DE SOUZA MOREIRA, NA UMEI MÃE MARGARIDA, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

582/2005	MILTON JORGE DE OLIVEIRA SIQUEIRA	R\$ 215,54 GLOBAL	EDU.	19/10/2005 A 24/10/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 20 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: REUBER TELES MEDEIROS, NA E.M.R.14 DE AGOSTO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

583/2005	ANA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA	R\$ 809,39 MENSAL	EDU.	20/10/2005 A 16/12/2005	02 05 1236121202039039 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 30 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: ELIDIA SOLES DE SOUZA, NA UMEI MÃE MARGARIDA, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

584/2005	MARIA EUNICE PEREIRA BARROS	R\$ 862,11 MENSAL	EDU.	21/10/2005 A 18/11/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: ROSIANE TEREZINHA LIMA, NA E.M.SERRA DOURADA, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

585/2005	EDNA DOS SANTOS SILVA	R\$ 647,51 MENSAL	EDU.	21/10/2005 A 18/11/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: MARIA DE FATIMA PEREIRA CORDOVA, NA E.M.SERRA DOURADA, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

586/2005	VALDINEIA DA COSTA MUNDIN	R\$ 862,11 MENSAL	EDU.	22/10/2005 A 01/11/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: NELCY SOARES, NA E.M.1º DE MAIO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

587/2005	JUSCILEIDE OLIVEIRA DA SILVA BRITO	R\$ 862,11 MENSAL	EDU.	24/10/2005 A 07/11/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: GISLAYNE SILVA SANTOS, NA E.M.FIRMICIO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

588/2005	CLEONICE DE SOUZA CASTRO	R\$ 862,11 MENSAL	EDU.	24/10/2005 A 21/12/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: MARIA LÉDA DE SOUZA MARTINS, NA E.M.MELCHIADES, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

589/2005	APARECIDA MARIA DE MOURA	R\$ 862,11 MENSAL	EDU.	24/10/2005 A 21/12/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: MARIA LUCIA MARQUES PIMENTEL SILVA, NA E.M.ROSALINO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

590/2005	ELIDA MOURA DE SOUZA	R\$ 647,51 MENSAL	EDU.	24/10/2005 A 21/12/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 19 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: MARCIA ORMOND PORTELA DOS SANTOS, NA E.M.JOSÉ ANTONIO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

591/2005	GILMACI BARBOSA BARAUNA INACIO	R\$ 647,51 MENSAL	EDU.	24/10/2005 A 21/12/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: NILDA DA SILVA DIAS, NA E.M. VERDE TETO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

592/2005	LILIAN GODOY LUCAS	R\$ 107,92 GLOBAL	EDU.	24/10/2005 A 27/10/2005	02 05 1236121202039039 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 30 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: MARCIA ADRIANA DE SOUZA, NA UMEI PROF.IVAN, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

593/2005	RIITA DE CASSIA MENDES DA SILVA	R\$ 155,18 GLOBAL	EDU.	24/10/2005 A 27/10/2005	02 05 1236121202039039 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: MARCIO CANDIDO, NA UMEI PROF.DERSI, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

594/2005	JOANA DIAS DE OLIVEIRA	R\$ 143,69 GLOBAL	EDU.	24/10/2005 A 27/10/2005	02 05 1236121202039039 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 30 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: MARIA IRIS DE SOUZA ARAUJO, NA UMEI JONAS, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

595/2005	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA ROSSATTO	R\$ 862,11 MENSAL	EDU.	25/10/2005 A 01/11/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: SUELI FATIMA SILVA RICARDO, NA E.M.1º DE MAIO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

complementar de alguns dispostos serão resolvidos e/ ou fornecidas diretrizes pela Comissão Técnica Permanente de Desenvolvimento Urbano (CODEUR).

Art. 24 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 21 de outubro de 2005, 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

FAÇA SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no vigente orçamento abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR, até o montante de R\$ 230.000,00 (Duzentos e Trinta Mil Reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

01.01 - Gabinete da Presidência

01.031.1010.2001.001 - Manutenção Gabinete do Presidente

3.1.90.11.00.00 - Venc. Vantag. Fixas Pessoal Civil (02) R\$ 42.000,00

3.3.90.14.00.00 - Diárias - Civil (04) R\$ 10.000,00

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - PJ (08) R\$ 28.000,00

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

01.02 - Gabinete dos Vereadores

01.031.1010.2004.004 - Manutenção Gabinete dos Vereadores

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - PJ (14) R\$ 29.000,00

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

01.03 - Secretaria de Administração

09.274.1010.2006.006 - Pensionistas

3.1.90.03.00.00 - Pensões (16) R\$ 38.000,00

01.03 - Secretaria de Administração

01.031.1010.2007.007 Manutenção do Setor

3.1.90.11.00.00 - Venc. Vantag. Fixas Pessoal Civil (17) R\$ 56.000,00

3.1.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais (19) R\$ 10.000,00

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

01.04 - Secretaria de Imprensa

01.122.1010.2002.002 - Manutenção de Setor

3.1.90.11.00.00 - Venc. Vantag. Fixas Pessoal Civil - (28) R\$ 37.000,00

TOTAL.....R\$ 230.000,00

Art. 2º - Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos por anulação de parcelas das seguintes dotações

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

01.01 - Gabinete do Presidente

01.031.1010.2001.001 Manutenção Gabinete do Presidente

3.3.90.33.00.00 - Passagens e Despesas Locomoção (06) R\$ 15.000,00

3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - PF (07) R\$ 35.000,00

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

01.02 - Gabinete dos Vereadores

01.031.1010.2004.004 Manutenção Gabinete dos Vereadores

3.1.90.11.00.00 - Venc. Vantag. Fixas Pessoal Civil (10) R\$ 40.000,00

3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais (11) R\$ 40.000,00

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

01.03 - Secretaria de Administração

09.274.1010.2005.005 - Inativos

3.1.90.01.00.00 - Aposentadorias e Reformas (15) R\$ 40.000,00

01.03 - Secretaria de Administração

01.031.1010.2007.007 Manutenção do Setor

3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo (22) R\$ 30.000,00

3.3.90.33.00.00 - Passagens e Despesas Locomoção (23) R\$ 10.000,00

01.05 - Secretaria de Finanças

01.122.1010.2003.003 Manutenção do Setor

3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços Terceiros PF (41) R\$ 20.000,00

TOTAL.....R\$ 230.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 27 de outubro de 2005, 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

LEI Nº 4.680, DE 27 DE OUTUBRO DE 2005.

Dispõe sobre a autorização do Poder Executivo Municipal a efetuar contratação de profissionais para prestarem serviços de Atenção Básica aos povos indígenas, a fim de atender as necessidades temporárias de excepcional interesse Público, junto a Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente pela Portaria Estadual nº 1.081/GM de 04/07/2005...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar contratação de profissionais para prestarem Serviço de Atenção Básica aos povos Indígenas, a fim de atender as necessidades temporárias de excepcional interesse Público, junto a Secretaria Municipal de Saúde, através de Convênios firmados com o Governo Federal e Estadual, como segue:

QTD	PROFISSIONAL	CBO	C/H	SALÁRIO BASE
02	Médico de Saúde Indígena	2231-15	20 horas	R\$ 1.749,00
01	Odontólogo de Saúde Indígena	2232-72	40 horas	R\$ 1.749,00
02	Enfermeiro de Saúde Indígena	2235-60	40 horas	R\$ 1.749,00
02	Auxiliar de Enfermagem de Saúde Indígena	3222-20	40 horas	R\$ 538,00
04	Agente Indígena de Saúde	3522-10	40 horas	R\$ 410,00
04	Agente Indígena Sanitário	3522-10	40 horas	R\$ 410,00

Art. 2º A contratação dos profissionais citados no artigo anterior dar-se-á mediante teste seletivo simplificado.

Art. 3º Os contratos dos referidos profissionais terão vigência pelo período de 12 (doze) meses.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no vigente orçamento abertura de CRÉDITO ESPECIAL, até o montante de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) para reforço da seguinte dotação orçamentária:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis	
14 – Fundo Municipal de Saúde	
10.301.2170.2106.106 – Piso de Atenção Básica – P.B.F.L.O.	
31.90.04.00.00 – Contratação por Tempo Determinado	R\$ 50.000,00
31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais	R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 60.000,00

Art. 5º Para cobertura do CRÉDITO ESPECIAL a que se refere o artigo anterior, serão utilizados os recursos por aplicação parcial da seguinte dotação orçamentária:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis	
14 – Fundo Municipal de Saúde	
10.301.2210.2099.099 – Conservação e Manutenção da Farmácia de Manipulação	
33.90.30.00.00 – Material de Consumo	R\$ 60.000,00

Art. 6º Fica inserido no anexo I da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e Anexo I do Plano Plurianual – PPA, as ações para manutenção do programa na unidade responsável: Secretaria Municipal de Saúde, no Programa 2170.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 27 de outubro de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.681, DE 27 DE OUTUBRO DE 2005.

Dispõe sobre revogar a Lei nº 1.967 de 26/04/1993, que cria o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE RONDONÓPOLIS, MATO GROSSO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 1.967 de 26/04/1993, que cria o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE RONDONÓPOLIS, MATO GROSSO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 27 de outubro de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.682, DE 27 DE OUTUBRO DE 2005.

Dispõe sobre o nome de "Praça Khalil Zaher" à Praça onde se localiza a Câmara Municipal de Rondonópolis.

PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º – Fica denominada de "Praça Khalil Zaher", a Praça onde se localiza a Câmara Municipal de Rondonópolis-MT, situada entre as Ruas 13 de maio e Otávio Pitaluga, e Rua Cafelândia, no Bairro La Salle.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 27 de outubro de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

PORTARIA Nº 7.784 DE 27 DE OUTUBRO DE 2005.

Dispõe sobre a designação de Servidores para comporem a comissão que irá acompanhar a organização do Concurso Público Municipal.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os Servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão que irá acompanhar a organização do Concurso Público Municipal, conforme § 2º do art. 19 da Lei Complementar 003/2000 (PCCS):

NOME	SEGMENTO
Gastão de Matos	Secretário Municipal de Administração
Luiz Henrique Nucci Vacaro	Procurador do Município
Déborah Regina das Neves Amorim	SISPMUR
Liliane Dziachan Marques	Departamento de Administração Escolar
Márcia Dias Silva Guizelini	CONSEDE
Maria Lucia da Silva	Departamento de Ensino

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 27 de outubro de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Mun. de Administração

Contrato					
RELAÇÃO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS OUTUBRO					
N.ºCON	CONTRATADO	VALOR	S.º	PERÍODO	DOTAÇÃO
2199/2005	MARCUS VINICIUS FERREIRA DA SILVA	R\$ 660,00 MENSAL	EDU	10/10/2005 A 31/12/2005	02 05 12361213010100100 319040000
PRESTARÁ SERVIÇOS COMO INSTRUTOR 40 HORAS/SEMANAIS, NO PROJETO APLAUSO/JD. ATLANTICO, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.603 DE 11/08/2005.					
2200/2005	LAURA CRISTINA PEQUENO ALVES	R\$ 580,00 MENSAL	EDU	11/10/2005 A 31/12/2005	02 05 12361213010100100 3190040000
PRESTARÁ SERVIÇOS COMO INSTRUTOR (A) 40 HORAS/SEMANAIS, NO PROJETO APLAUSO/VILA OPERARIA, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.603 DE 11/08/2005					
2212/2005	MARIA DA PENHA DE SOUZA NOGUEIRA	ATÉ R\$ 2.062,02 MENSAL	EDU.	17/10/2005 A 21/12/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA PROFESSORA P/MINISTRAR ATÉ 30 HORAS/AULAS/SEMANAIS, NA E.M.ALCIDES, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005.					
2218/2005	EDILAINÉ APARECIDA ALVES	R\$ 660,00 MENSAL	EDU.	19/10/2005 A 31/12/2005	02 05 12361213010100100 3190040000
CONTRATAÇÃO DA PROFESSORA P/MINISTRAR 40 HORAS/SEMANAIS, NO PROJETO APLAUSO/VILA OPERARIA, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.603 DE 11/08/2005.					
2219/2005	OSVALDINA SILVA ALVES BRITO	ATÉ R\$ 2.062,02 MENSAL	EDU.	21/10/2005 A 21/10/2005	02 05 1236121202039039 3190110000
CONTRATAÇÃO DA PROFESSORA P/MINISTRAR ATÉ 30 HORAS/AULAS SEMANAIS, NA UMEI PEQUENOS BRILHANTES, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005.					
2280/2005	KARINE DI PAULA PISTORI	R\$ 600,00 MENSAL	AÇÃO SOCIAL	17/10/2005 A 17/10/2006	02 13 0824423602224224 3190040000
PRESTARÁ SERVIÇOS COMO AUXILIAR ADMINISTRATIVO DE PESSOAL NO PROJETO MIGRANTE, 30 HORAS/SEMANAIS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.677 DE 21/10/2005					

CONTRATOS PROFESSORES SUBSTITUTOS

561/2005	DALVA DOS REIS MIRANDA ALVES	R\$ 71,84 GLOBAL	EDU.	10/10/2005 A 11/10/2005	02 05 1236121202039039 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR(A) P/MINISTRAR 30 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR(A) EFETIVO : CLAUDIA APARECIDA DO NASCIMENTO, NA UMEI NATALIA, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					
562/2005	ELISANGELA DOS SANTOS RIBEIRO LIMA	R\$ 83,82 GLOBAL	EDU.	10/10/2005 A 14/10/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR(A) P/MINISTRAR 14 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR(A) EFETIVO : JAIDE MESQUITA DE OLIVEIRA, NA E.M.PRINCESA ISABEL, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					
563/2005	ROGERIO LOPES RIBEIRO	R\$ 107,92 GLOBAL	EDU.	10/10/2005 A 14/10/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR(A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR(A) EFETIVO : IBEATRIZ LINDOMAR DE OLIVEIRA, NA E.M.R.PQ.S.JORGE, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					
564/2005	JOICE MORAES DE ANDRADE	R\$ 143,69 GLOBAL	EDU.	10/10/2005 A 14/10/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR(A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR(A) EFETIVO : NUBIA LAFAETE ALVARO SANTOS, NA E.M.ARAO GOMES, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					
565/2005	RITA DE CASSIA MENDES DA SILVA	R\$ 59,87 GLOBAL	EDU.	10/10/2005 A 14/10/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR(A) P/MINISTRAR 10 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR(A) EFETIVO : JAIDE MESQUITA DE OLIVEIRA, NA E.M.PRINCESA ISABEL, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					
566/2005	VANESSA ALVARES DA SILVA	R\$ 107,92 GLOBAL	EDU.	10/10/2005 A 14/10/2005	02 11 1236121202039039 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR(A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR(A) EFETIVO : JOSENI SILVA DE OLIVEIRA, NA E.M.ALCIDES, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					
567/2005	MARIA GISELIA DOS SANTOS MESTRE	R\$ 809,39 MENSAL	EDU.	13/10/2005 A 11/11/2005	02 05 1236121202039039 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR(A) P/MINISTRAR 30 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR(A) EFETIVO : VERA LUCIA ALVARES, NA UMEI PEQUENOS BRILHANTES, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					
568/2005	NILDA DE SOUZA SANTOS	R\$ 188,86 GLOBAL	EDU.	13/10/2005 A 19/10/2005	02 05 1236121202039039 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR(A) P/MINISTRAR 30 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR(A) EFETIVO : SUELY MIRANDA DE OLIVEIRA SANTOS, NA UMEI GABRIEL, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					
569/2005	MARILENE DOS REIS ALMEIDA	R\$ 1.077,64 MENSAL	EDU.	14/10/2005 A 11/11/2005	02 05 1236121202039039 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR(A) P/MINISTRAR 30 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR(A) EFETIVO : OLIVIA FERREIRA DOS SANTOS, NA UMEI J.DE PAULA, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					
570/2005	CLAYTON DE OLIVEIRA MARTINS	R\$ 862,11 MENSAL	EDU.	14/10/2005 A 11/11/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR(A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR(A) EFETIVO : VERONICA SOARES FERREIRA, NA E.M.ROSALINO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					
571/2005	EVANILDE JOSE ABREU VALADARES PASSOS	R\$ 1.163,85 MENSAL	EDU.	17/10/2005 A 14/11/2005	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR(A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR(A) EFETIVO : CLEITON GOMES DA SILVA, NA E.M.R.PROD. DERSI, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR DE Nº 003 DE 05/05/2000, LEI COMPLEMENTAR DE Nº 005 DE 18/05/2001 E A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.427 DE 10/01/2005					

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

01.01 – Gabinete do Presidente
01.031.1010.2001.001 Manutenção Gabinete do Presidente
3.3.90.33.00.00 – Passagens e Despesas Locomoção (06) R\$ 15.000,00
3.3.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PF (07) R\$ 35.000,00

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

01.02 – Gabinete dos Vereadores
01.031.1010.2004.004 Manutenção Gabinete dos Vereadores
3.1.90.11.00.00 – Venc. Vantag. Fixas Pessoal Civil (10) R\$ 40.000,00
3.1.90.13.00.00 – Obrigações Patronais (11) R\$ 40.000,00

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

01.03– Secretaria de Administração
09.274.1010.2005.005 – Inativos
3.1.90.01.00.00– Aposentadorias e Reformas (15) R\$ 40.000,00

01.03– Secretaria de Administração

01.031.1010.2007.007 Manutenção do Setor
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo (22) R\$ 30.000,00
3.3.90.33.00.00 – Passagens e Despesas Locomoção (23) R\$ 10.000,00

01.05– Secretaria de Finanças

01.122.1010.2003.003 Manutenção do Setor
3.3.90.36.00.00 – Outros Serviços Terceiros PF (41) R\$ 20.000,00
TOTAL.....R\$ 230.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 27 de outubro de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

ADILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

Portaria

PORTARIA Nº 7.780, DE 24 DE OUTUBRO DE 2005.

Dispõe sobre conceder Aposentadoria por invalidez a Sra. LAURA REGO DA SILVA.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Aposentadoria por Invalidez a Sra. LAURA REGO DA SILVA, Servidora Efetiva, aprovada em Concurso Público, Matrícula nº 8612-6, nomeada através da Portaria nº 3.527, de 08/07/1996 para o cargo de Auxiliar Serviços Diversos, Nível I - E, Ref. D, Classe B, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, com fulcro no art. 83, I, §1º, da Lei Complementar nº 003/2000, art. 12, I, "a" e art 14 ambos da Lei nº 4.614/2005, art. 40, §1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 47/2005, e art. 106 todos da Lei nº 3.185/99, regulamentada pelo Decreto nº 3.773 de 20/01/2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 24 de outubro de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 7.781, DE 26 DE OUTUBRO DE 2005.

Institui a Comissão Permanente Técnica de Desenvolvimento Urbano - CODEUR, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente pela Lei nº 3.941/2003...

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão Permanente Técnica de Desenvolvimento Urbano - CODEUR, composta pelos seguintes membros:

- Alexandre de Azevedo Torres – Arquiteto e Urbanista
- Edileusa Barbosa Barbieri – Fiscal Sanitarista
- João Gonçalves Dourado – Fiscal de Obras e Posturas
- Lindomar Alves da Silva – Fiscal do Meio Ambiente
- Luiz Henrique Nucci Vacaro – Procurador Jurídico
- Mara Regina Fagundes Cardoso – Arquiteta
- Noeme Ferreira Matos – Arquiteta
- Sérgio de Oliveira Gianelli – Engenheiro Civil

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 7.284, de 04/03/2005 e a Portaria nº 7.311, de 28/03/2005.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 26 de outubro de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 7.782 DE 26 DE OUTUBRO DE 2005.

Nomeia Membros da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente pelo art. 51 da Lei nº 666 de 21/06/93...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, como Membros da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, pelo prazo de 01 (um) ano, composta pelos seguintes Servidores:

SILVIA MARIA DE MOURA BONA – Presidente
ADRIANA PORTELA DE OLIVEIRA RIBEIRO – Membro
CÉLIA REGINA FERREIRA DE ANDRADE EBELEATTO – Membro
JOSÉ EDILSON GONÇALVES – Membro
SOLEIDA FERREIRA DE SOUZA – Membro
OTOAMÉRICO DA LUZ MUNIL – Membro
NILZA MARIA CORRÊDO M. ALVES – Membro

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 222, de 09/02/2005 e a Portaria nº 7.231, de 09/02/2005.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 26 de outubro de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Mun. de Administração

PORTARIA Nº 7.783 DE 26 DE OUTUBRO DE 2005.

Designar os integrantes da Equipe Coordenadora da EJA - Educação de Jovens e Adultos do Município de Rondonópolis-MT, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente pelo art. 19 da Resolução CD/FNDE nº 25, de 16/06/2005...

RESOLVE:

Art. 1º Designar dois integrantes da Secretaria Municipal de Educação, para compor a equipe coordenadora da EJA - Educação de Jovens e Adultos do Município de Rondonópolis-MT, conforme segue:

- ROSE CLÉLIA DA SILVA FELÍCIO - CPF 571.903.051-49
- AURENY GOMES COELHO FIGUEIREDO - CPF 569.462.361-49

Art. 2º São órgãos e entidades da EJA - Educação de Jovens e Adultos do Município de Rondonópolis-MT: o FNDE, o Órgão Executor - Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT - CNPJ: 03.547.101.0001-21 e o FUNDEF/CACS.

Parágrafo Único - Cabe a equipe coordenadora a comunicação direta entre o órgão executor e os demais participantes do Programa, assessorar o órgão executor na gestão financeira, técnica e operacional e o desempenho de outras atribuições que lhe forem conferidas pelos participantes do programa.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 26 de outubro de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 4.683, DE 27 DE OUTUBRO DE 2005.

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 1.740.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no vigente orçamento abertura de **Crédito Suplementar**, até o montante de R\$ 1.740.000,00 (Hum Milhão Setecentos e Quarenta Mil Reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

01 – Secretaria do Governo Municipal
04.122.2010.2010.010 – Manutenção do Gabinete do Vice - Prefeito
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 40.000,00

05 – Secretaria Municipal de Educação

12.122.2150.2033.033 – Manutenção do Gabinete
31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais R\$ 15.000,00

09 – Secretaria Municipal de Desenv. Econômico e Meio Ambiente

18.541.2300.2073.073 – Programa de Combate as Queimadas
31.90.04.00.00 – Contratação por Tempo Determinado R\$ 10.000,00

13 – Fundo Municipal de Ação Social

08.244.2360.2224.224 – Manutenção do Projeto Migrante
31.90.04.00.00 – Contratação por Tempo Determinado R\$ 5.000,00

14 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.2170.2094.094 – Programa Saúde da Família - PSF
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens FixasR\$ 200.000,00

10.301.2230.2100.100 – Manutenção das Atividades do Fundo

31.90.04.00.00 – Contratação por Tempo Determinado ..R\$ 10.000,00
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 1.100.000,00

10.305.2200.2108.108 – Teto Financeiro Fomento à Saúde

31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens FixasR\$ 100.000,00

10.301.2170.2109.109 – Programa de Agente Comunitário de Saúde – PACS

31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 100.000,00

10.301.2180.2222.222 – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU

31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 10.000,00

16 – Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer

13.392.2250.2127.127 – Manutenção das Atividades da Cultura
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens FixasR\$ 50.000,00

TOTAL..... R\$ 1.740.000,00

Art. 2º Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

02 – Procuradoria Geral
04.122.2020.2018.018 – Manutenção do Setor
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 60.000,00

04 – Secretaria da Receita Municipal

04.123.2060.2031.031 – Manutenção do Setor
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 300.000,00

05 – Secretaria Municipal de Educação

12.122.2150.1007.007 – Ampliação da Secretaria Municipal de Educação
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações R\$ 30.000,00

12.363.2030.1011.011 – Convênio com a Fundação de Apoio e Desenvolvimento da UFMT – Fundação UNISELVA

33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ R\$ 100.000,00

12.365.2130.2036.036 – Conservação e Reforma de Creches

33.90.30.00.00 – Material de Consumo R\$ 20.000,00
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PF R\$ 20.000,00
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ R\$ 60.000,00

07 – Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral

04.121.2070.2065.065 – Manutenção do Setor
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 100.000,00

09 – Secretaria Municipal de Desenv. Econômico e Meio Ambiente

04.122.2310.2078.078 – Manutenção do Setor
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 100.000,00
04.122.2310.2080.080 – Manutenção do Stand da Exposição

33.90.30.00.00 – Material de Consumo R\$ 1.660,00
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ R\$ 2.710,00

13 – Fundo Municipal de Ação Social

08.244.2380.1053.053 – Construção e Ampliação de Centros de Múltiplo Uso
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações R\$ 25.630,00
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente ... R\$ 5.000,00

14 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.2230.2100.100 – Manutenção das Atividades do Fundo
31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais R\$ 200.000,00

10.331.2230.2102.102 – Contribuição ao Pasep

33.90.47.00.00 – Obrigações Tributárias e Contribu R\$ 100.000,00

10.301.2170.2106.106 – Piso de Atenção Básica – PAB FIXO

33.90.30.00.00 – Material de Consumo R\$ 100.000,00
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ R\$ 50.000,00

10.301.2170.2107.107 – Programa Saúde Bucal

31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais R\$ 50.000,00

05 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

01 – Reserva de Contingência
99.999.9999.2215.215 – Reserva de Contingência
99.99.99.99.00 – Reserva de Contingência R\$ 415.000,00

TOTAL..... R\$ 1.740.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 27 de outubro de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

ADILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.684, DE 27 DE OUTUBRO DE 2005.

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 810.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no vigente orçamento abertura de **Crédito Suplementar**, até o montante de R\$ 810.000,00 (Oitocentos e Dez Mil Reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

05 – Secretaria Municipal de Educação
12.361.2120.2038.038 – Conservação e Reforma de Unidades Escolares
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ R\$ 450.000,00

12.361.2120.1004.004 – Construção de Quadras Poliesportivas nas Escolas

44.90.51.00.00 – Obras e Instalações R\$ 156.000,00

12.122.2150.2033.033 – Manutenção do Gabinete

33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ R\$ 3.000,00

13 – Fundo Municipal de Ação Social

08.244.2380.2087.087 – Manutenção das Atividades do Fundo
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente R\$ 15.000,00

14 – Fundo Municipal de Saúde

10.302.2230.2104.104 – Convênio com Santa Casa e Maternidade de Rondonópolis
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ R\$ 186.000,00

TOTAL..... R\$ 810.000,00

Art. 2º Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
06 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito
17.512.2080.1015.015 – Construção de Galerias de Água Pluvial e Servi-
Côs Complementares R\$ 340.000,00
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações

17.512.2080.1016.016 – Ampliação do Sistema de Água e Esgoto
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações R\$ 270.000,00

13 – Fundo Municipal de Ação Social
08.244.2380.2087.087 – Manutenção das Atividades do Fundo
33.90.30.00.00 – Material de Consumo R\$ 15.000,00

14 – Fundo Municipal de Saúde
10.331.2230.2102.102 – Contribuição ao Pasep
33.90.47.00.00 – Obrigações Tributárias e Contribu R\$ 100.000,00

10.301.2230.2100.100 – Manutenção das Atividades do Fundo
31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais R\$ 85.000,00

TOTAL..... R\$ 810.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 27 de outubro de 2005; 90ª da Fundação e
51ª da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.685, DE 27 DE OUTUBRO DE 2005.

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 1.118.000,00 (Um Milhão Cento e Dezoito Mil Reais), destinados ao SANEAR - Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis, e às outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no vigente orçamento abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR, até o montante de R\$ 1.118.000,00 (Um Milhão Cento e Dezoito Mil Reais) para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
1.102- Recup. Parcial do Aterro Control. E Abertura de uma Célula
4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações.....R\$- 100.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
1.103- Prog. De Distribuição de Reserva Domiciliar a Família Carente
3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$- 5.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
2.141- Manutenção do Sistema de Água e Esgoto
3.3.90.37.00.00- Locação de Mão-de-Obra.....R\$- 230.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
2.141- Manutenção do Sistema de Água e Esgoto
3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$- 673.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
2.143- Adm. Ger. E Manutenção Sistema de Resíduos Sólidos e Dest. Final
3.3.90.30.00.00- Material de Consumo.....R\$- 60.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
2.143- Adm. Ger. E Manutenção Sistema de Resíduos Sólidos e Dest. Final
3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$- 72.000,00

Art. 2º Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR a que se refere o artigo anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
1.095- Ampliação do Sistema Distribuição de Água
4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações.....R\$- 120.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
1.096- Ampliação de Rede de Esgoto
4.4.90.51.00.00- Obras e Instalações.....R\$- 80.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
1.097- Ampliação e Reforma do Prédio do SANEAR
4.4.90.51.00.00- Obras e Instalações.....R\$- 40.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
1.099- Despesa com Distribuição Oficial
3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$- 70.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
1.101- Aquisição de Imóveis
4.4.90.61.00.00 - Aquisição de Imóveis.....R\$- 18.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
1.102- Recup. Parcial do Aterro Control. E Abertura de uma Célula
4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações.....R\$- 100.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
1.103- Prog. De Distribuição de Reserva Domiciliar a Família Carente
3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$- 5.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
1.105- Realização de Concurso Público p/ Adm de Pessoal
3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$- 50.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
2.140- Manutenção e Encargos c/ o SANEAR
3.1.90.04.00.00 - Contratação Por Tempo Determinado.....R\$- 9.000,00
3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais.....R\$- 20.000,00
3.3.90.32.00.00- Material de Distribuição Gratuita.....R\$- 9.000,00
3.3.90.34.00.00 - Outras Desp. Pessoal Decorr. Contrato Terceirização.....R\$- 9.000,00
3.3.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria.....R\$- 9.000,00
3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R\$- 15.000,00
3.3.90.37.00.00- Locação de Mão-de-Obra.....R\$- 9.000,00
4.4.90.52.00.00- Equipamentos e Material Permanente.....R\$- 10.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
2.143- Adm. Ger. E Manutenção Sistema de Resíduos Sólidos e Dest. Final
3.3.90.30.00.00- Material de Consumo.....R\$- 60.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
2.143- Adm. Ger. E Manutenção Sistema de Resíduos Sólidos e Dest. Final
3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$- 72.000,00

Art. 2º Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR a que se refere o artigo anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
1.095- Ampliação do Sistema Distribuição de Água
4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações.....R\$- 120.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
1.096- Ampliação de Rede de Esgoto
4.4.90.51.00.00- Obras e Instalações.....R\$- 80.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
1.097- Ampliação e Reforma do Prédio do SANEAR
4.4.90.51.00.00- Obras e Instalações.....R\$- 40.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
1.099- Despesa com Distribuição Oficial
3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$- 70.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
1.101- Aquisição de Imóveis
4.4.90.61.00.00 - Aquisição de Imóveis.....R\$- 18.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
1.102- Recup. Parcial do Aterro Control. E Abertura de uma Célula
4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações.....R\$- 100.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
1.103- Prog. De Distribuição de Reserva Domiciliar a Família Carente
3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$- 5.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
1.105- Realização de Concurso Público p/ Adm de Pessoal
3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$- 50.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
2.140- Manutenção e Encargos c/ o SANEAR
3.1.90.04.00.00 - Contratação Por Tempo Determinado.....R\$- 9.000,00
3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais.....R\$- 20.000,00
3.3.90.32.00.00- Material de Distribuição Gratuita.....R\$- 9.000,00
3.3.90.34.00.00 - Outras Desp. Pessoal Decorr. Contrato Terceirização.....R\$- 9.000,00
3.3.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria.....R\$- 9.000,00
3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R\$- 15.000,00
3.3.90.37.00.00- Locação de Mão-de-Obra.....R\$- 9.000,00
4.4.90.52.00.00- Equipamentos e Material Permanente.....R\$- 10.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
2.141- Manutenção do Sistema de Água e Esgoto
3.3.90.30.00.00- Material de Consumo.....R\$- 400.000,00
3.3.90.36.00.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R\$- 10.000,00
4.4.90.52.00.00- Equipamentos e Material Permanente.....R\$- 40.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
2.143- Adm. Ger. E Manutenção Sistema de Resíduos Sólidos e Dest. Final
4.4.90.51.00.00- Obras e Instalações.....R\$- 80.000,00
4.4.90.52.00.00- Equipamentos e Material Permanente.....R\$- 15.000,00

TOTALR\$- 1.118.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 27 de outubro de 2005; 90ª da Fundação e
51ª da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 4.120, DE 27 DE OUTUBRO DE 2005.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente pela Lei nº 4.678 de 27 de outubro de 2005...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no vigente orçamento CRÉDITO SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 230.000,00 (Duzentos e Trinta Mil Reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
01.01– Gabinete da Presidência
01.031.1010.2001.001 – Manutenção Gabinete do Presidente R\$
3.1.90.11.00.00 – Venc. Vantag. Fixas Pessoal Civil (02) R\$ 42.000,00
3.3.90.14.00.00 – Diárias - Civil (04) R\$ 10.000,00
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ (08) R\$ 28.000,00

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
01.02– Gabinete dos Vereadores
01.031.1010.2004.004 – Manutenção Gabinete dos Vereadores R\$
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ (14) R\$ 29.000,00

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
01.03– Secretaria de Administração
09.274.1010.2006.006 – Pensionistas R\$
3.1.90.03.00.00– Pensões (16) R\$ 18.000,00

01.03– Secretaria de Administração
01.031.1010.2007.007 Manutenção do Setor R\$
3.1.90.11.00.00 – Venc. Vantag. Fixas Pessoal Civil (17) R\$ 56.000,00
3.1.90.91.00.0 – Sentenças Judiciais (19) R\$ 10.000,00

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
01.04– Secretaria de Imprensa
01.122.1010.2002.002 – Manutenção de Setor R\$
3.1.90.11.00.00 – Venc. Vantag. Fixas Pessoal Civil – (28)R\$ 37.000,00
TOTAL.....R\$ 230.000,00

Art. 2º - Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos por anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

13 – Fundo Municipal de Ação Social
08.244.2380.1053.053 – Construção e Ampliação de Centros de Múlti-
Plo Uso
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações R\$ 25.630,00
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente ... R\$ 5.000,00

14 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.2230.2100.100 – Manutenção das Atividades do Fundo
31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais R\$ 200.000,00

10.331.2230.2102.102 – Contribuição ao Pasep
33.90.47.00.00 – Obrigações Trib. e Contributivas R\$ 100.000,00

10.301.2170.2106.106 – Piso de Atenção Básica – PAB FIXO
33.90.30.00.00 – Material de Consumo R\$ 100.000,00
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ R\$ 50.000,00

10.301.2170.2107.107 – Programa Saúde Bucal
31.90.13.00.0 – Obrigações Patronais R\$ 50.000,00

05 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
01 – Reserva de Contingência
99.999.9999.2215.215 – Reserva de Contingência
99.99.99.99.00 – Reserva de Contingência R\$ 415.000,00

TOTAL..... R\$ 1.740.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 27 de outubro de 2005; 90º da Fundação e
51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado
no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 4.134, DE 27 DE OUTUBRO DE 2005.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de
R\$ 810.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO
GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente pela Lei nº 4.684, de
27/10/2005...

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no vigente orçamento **Crédito Suplementar**, no
valor de R\$ 810.000,00 (Oitocentos e Dez Mil Reais), para reforço das seguintes
dotações orçamentárias:

02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
05 – Secretaria Municipal de Educação
12.361.2120.2038.038 – Conservação e Reforma de Unidades Escolares
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ R\$ 450.000,00

12.361.2120.1004.004 – Construção de Quadras Poliesportivas nas Esco-
las
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações R\$ 156.000,00

12.122.2150.2033.033 – Manutenção do Gabinete
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ R\$ 3.000,00

13 – Fundo Municipal de Ação Social
08.244.2380.2087.087 – Manutenção das Atividades do Fundo
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente R\$ 15.000,00

14 – Fundo Municipal de Saúde
10.302.2230.2104.104 – Convênio com Santa Casa e Maternidade de
Rondonópolis
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ R\$ 186.000,00

TOTAL..... R\$ 810.000,00

Art. 2º Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere
o Artigo anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes
dotações orçamentárias:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
06 – Secretaria Municipal de Transporte e Transito
17.512.2080.1015.015 – Construção de Galerias de Água Pluvial e Servi-
Cós Complementares
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações R\$ 340.000,00

17.512.2080.1016.016 – Ampliação do Sistema de Água e Esgoto
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações R\$ 270.000,00

13 – Fundo Municipal de Ação Social
08.244.2380.2087.087 – Manutenção das Atividades do Fundo
33.90.30.00.00 – Material de Consumo R\$ 15.000,00

14 – Fundo Municipal de Saúde
10.331.2230.2102.102 – Contribuição ao Pasep
33.90.47.00.00 – Obrigações Tributárias e Contribu R\$ 100.000,00

10.301.2230.2100.100 – Manutenção das Atividades do Fundo
31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais R\$ 85.000,00

TOTAL..... R\$ 810.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 27 de outubro de 2005; 90º da Fundação e
51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado
no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 4.135, DE 27 DE OUTUBRO DE 2005.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 1.118.000,00
(Um Milhão Cento e Dezoito Mil Reais), destinados ao SANEAR - Serviço de
Saneamento Ambiental de Rondonópolis, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO
GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente pela Lei nº 4.685, de
27/10/2005...

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no vigente orçamento CRÉDITO SUPLEMENTAR, no valor de
R\$ 1.118.000,00 (Um Milhão Cento e Dezoito Mil Reais) para reforço das seguintes
dotações orçamentárias:

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
04- Administração
122- Administração Geral
3010- Saneamento Básico
2.140- Manutenção e Encargos c/ o SANEAR
3.1.90.11.00.00- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R\$- 30.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
04- Administração
122- Administração Geral
3010- Saneamento Básico
2.140- Manutenção e Encargos c/ o SANEAR
3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$- 53.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
2.141- Manutenção do Sistema de Água e Esgoto
3.3.90.37.00.00- Locação de Mão-de-Obra.....R\$- 230.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
2.141- Manutenção do Sistema de Água e Esgoto
3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$- 673.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
2.141- Manutenção do Sistema de Água e Esgoto
3.3.90.30.00.00- Material de Consumo.....R\$- 400.000,00
3.3.90.36.00.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R\$- 10.000,00
4.4.90.52.00.00- Equipamentos e Material Permanente.....R\$- 40.000,00

Órgão: 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
Unidade: 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
17- Saneamento
512- Saneamento Básico Urbano
3010- Saneamento Básico
2.143- Adm. Ger. E Manutenção Sistema de Resíduos Sólidos e Dest. Final
4.4.90.51.00.00- Obras e Instalações.....R\$- 80.000,00
4.4.90.52.00.00- Equipamentos e Material Permanente.....R\$- 15.000,00

TOTALR\$- 1.118.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 27 de outubro de 2005; 90º da Fundação e
51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.686, DE 27 DE OUTUBRO DE 2005.
Dispõe sobre a instituição do Lotacionograma do SANEAR – Serviço de
Saneamento Ambiental de Rondonópolis – MT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO
GROSSO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 4.484, de
31/03/2005 e alterações...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU
E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica instituído o Lotacionograma do Quadro de Pessoal da Autarquia
Municipal SANEAR – Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis –
MT, que faz parte do anexo I desta Lei.

Parágrafo único. As vagas apontadas no anexo de que trata este artigo serão
preenchidas por concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme se
dispuser em regulamento e edital, ressalvados os casos de contratação temporária
autorizados por lei específica.

Art. 2º. Os cargos que constam deste Lotacionograma constituirão o Quadro de
Pessoal de provimento efetivo que comporá a equipe básica do corpo
administrativo e operacional do SANEAR – Serviço de Saneamento Ambiental de
Rondonópolis – MT.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 27 de setembro de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação
Política

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

ANEXO I
LEI Nº 4.686 DE 27/10/2005

Denominação do Cargo	Grau de escolaridade	Vencimentos	Vagas	Jornada de Trabalho
Agente Administrativo	Ensino Médio Completo	R\$ 700,00	05	40 horas
Secretária Executiva	Ensino Superior Completo	R\$ 1.800,00	02	40 horas
Contador	Ensino Superior Completo	R\$ 2.000,00	01	40 horas
Engenheiro Sanitarista ou Ambiental	Ensino Superior Completo	R\$ 2.500,00	02	40 horas
Engenheiro Civil	Ensino Superior Completo	R\$ 2.500,00	01	40 horas
Assistente Social	Ensino Superior Completo	R\$ 2.000,00	01	40 horas
Almoxarife	Ensino Médio Completo	R\$ 700,00	01	40 horas
Atendente Comercial	Ensino Médio Completo	R\$ 700,00	10	40 horas

Decreto

DECRETO Nº 4.135, DE 27 DE OUTUBRO DE 2005.

Aprova o Regulamento de
Concurso Público do Município de
Rondonópolis-MT, e dá outras
providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS - ESTADO DE MATO
GROSSO, no uso das atribuições legais contidas na Lei Orgânica do
Município, bem como em cumprimento ao que estabelece o art. 37, inciso
II, da Constituição Federal,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O concurso para a seleção de candidatos aos cargos
públicos de provimento efetivo do município de Rondonópolis atende ao
estabelecido na legislação municipal, regendo-se, principalmente, pelas
normas contidas no presente Regulamento.

Parágrafo único. Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37
da Constituição Federal, bem como o art. 7º da Lei nº 1.752 de 17 de
agosto de 1990, serão reservados aos portadores de deficiência 10% (dez
por cento) do número de vagas de cada cargo.

Art. 2º Os concursos públicos do município de Rondonópolis serão
de provas ou de provas e títulos, conforme a natureza dos cargos a serem
providos.

Art. 3º O prazo de validade do concurso é de 2 (dois) anos,
contados da data de homologação de seu resultado final, podendo ser
prorrogado, por igual período, uma única vez, a critério da Administração.

Parágrafo único. Não será convocado candidato aprovado em
novo concurso enquanto houver candidato aprovado no concurso anterior,
com prazo de validade ainda não expirado.

CAPÍTULO II
DO EDITAL

Art. 4º A convocação de candidatos, para inscrição no concurso, será feita, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos antes da realização das provas, por meio de edital afixado em local apropriado, na sede da Prefeitura.

Parágrafo único. O edital poderá, também, ser divulgado a critério da Comissão de Concurso, em outros meios de comunicação considerados adequados pela Administração.

Art. 5º O edital deverá conter:

I - os cargos públicos a serem providos, com os respectivos quantitativos e descrições sumárias;

II - os vencimentos dos cargos, vigentes ao tempo de sua publicação;

III - os prazos e os locais para inscrição dos candidatos;

IV - as condições especiais exigidas para o exercício do cargo, tais como grau de instrução, diploma específico ou experiência no exercício de atividades similares às atribuições descritas para o cargo pretendido;

V - o tipo de prova: objetiva, prático-oral e de títulos; a natureza: classificatória ou eliminatória, e o conteúdo programático;

VI - as matérias e os respectivos programas sobre os quais versarão as provas ou, quando não comportarem programa, o nível de conhecimento exigido;

VII - as notas mínimas para aprovação em cada matéria;

VIII - os critérios especiais de desempate, além dos critérios gerais estabelecidos neste Regulamento;

IX - o valor e a natureza dos títulos a serem considerados;

X - outras informações julgadas necessárias.

Parágrafo único. As informações contidas no edital deverão ser divulgadas, pelo menos, 7 (sete) dias corridos antes do início das inscrições e 30 (trinta) dias corridos antes da realização do concurso,

quando as provas forem objetivas, e 10 (dez) dias corridos, quando as provas forem prático-orais ou de títulos.

Art. 6º Os prazos estabelecidos no edital poderão ser prorrogados, a juízo da Comissão de Concurso Público, observado o disposto neste Regulamento e seu parágrafo único.

CAPÍTULO III
DOS CANDIDATOS

Art. 7º Poderão candidatar-se aos cargos públicos da Prefeitura Municipal de Rondonópolis todos os cidadãos que atenderem aos seguintes requisitos:

I - ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do §1º do art. 12 da Constituição Federal;

II - ter, no mínimo, 18 (dezoito) anos de idade, completados até a data da posse;

III - estar no gozo dos direitos civis;

IV - estar quite com as obrigações militares, para candidatos do sexo masculino;

V - estar quite com as obrigações eleitorais;

VI - apresentar comprovante bancário do pagamento da taxa de inscrição e documento de identidade original, determinado pelo edital;

VII - preencher os requisitos especiais para provimento dos cargos estabelecidos no edital.

§ 1º. Não poderão se inscrever os ex-funcionários do Município de Rondonópolis, demitidos em consequência de atos de improbidade, comprovados através de sindicância e inquérito administrativo, e ainda por cometimento de falta que tenha implicado rescisão de contrato de trabalho por justa causa.

§ 2º. Não poderão se inscrever pessoas que possuam qualquer vínculo com a instituição organizadora do concurso, bem como seus ascendentes, descendentes ou colaterais.

Art. 8º As limitações e os requisitos exigidos para cada cargo serão estabelecidos em função de sua natureza e das disposições legais e regulamentares disciplinadoras da matéria.

CAPÍTULO IV
DAS INSCRIÇÕES

Art. 9º. As inscrições dos candidatos serão efetuadas em horário e prazo fixados no edital de cada concurso.

Art. 10. O pedido de inscrição deverá ser preenchido pelo próprio candidato, em formulário fornecido pela Prefeitura Municipal de Rondonópolis.

§ 1º A ficha de inscrição somente será aceita se estiver corretamente preenchida, sem qualquer rasura ou emenda.

§ 2º Os candidatos impossibilitados de preencher a ficha de inscrição serão auxiliados por servidor da Prefeitura ou pessoa designada para tal fim, que lerá todos os dados dela constantes, antes de o candidato formalizar seu pedido de inscrição.

§ 3º As inscrições poderão ser realizadas, a critério da Comissão de Concurso Público e da instituição organizadora, tanto por meio eletrônico como em postos de inscrição, cujos procedimentos específicos deverão constar do edital.

§ 4º Na inscrição o candidato indicará o cargo para qual concorre com a respectiva especialização, se houver.

Art. 11. O candidato portador de deficiência deverá declarar tal condição em local apropriado, destinado para esse fim no formulário, quando de sua inscrição no concurso público, apresentando no ato de inscrição laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da deficiência.

§ 1º. O candidato que tenha declarado sua deficiência será encaminhado, antes da realização das provas, a uma junta de especialistas para avaliação da compatibilidade da deficiência com o cargo ou emprego a que concorre, sendo lícito à Administração programar a realização de quaisquer outros procedimentos prévios, se a junta de especialistas assim o requerer, para a elaboração de seu laudo.

§ 2º. A avaliação em questão será realizada sem qualquer ônus para o candidato, garantido recurso em caso de decisão denegatória, na forma estabelecida no edital.

§ 3º. Os portadores de deficiência somente poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

§ 4º. A não-observância do disposto nos parágrafos anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

§ 5º. Os portadores de deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos.

§ 6º. No ato da inscrição, o candidato portador de deficiência que necessitar de tratamento diferenciado nos dias do concurso deverá requerê-lo, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova.

§ 7º. A não-solicitação de recursos especiais no ato da inscrição implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

§ 8º. A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

§ 9º. O candidato que, no ato de inscrição, se declarar portador de deficiência, se aprovado no concurso, além de figurar na lista geral de classificação, terá seu nome publicado em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

Art. 12. Ao inscrever-se, o candidato receberá um protocolo, com o qual retirará seu cartão de identificação/confirmação, em local e período a serem divulgados de acordo com o estabelecido no art. 4º deste Regulamento e seu parágrafo único.

Art. 13. Os documentos de identidade, sempre oficiais, originais e com fotografia, apresentados quando do ato da inscrição, serão devolvidos aos candidatos, após as devidas anotações na ficha correspondente.

Art. 14. Não será permitida a inscrição condicional ou extemporânea sob qualquer pretexto.

DECRETO Nº 4.132, DE 27 DE OUTUBRO DE 2005.

Efetuar a contratação de profissionais para prestarem serviços de Atenção Básica aos povos indígenas, a fim de atender as necessidades temporárias de excepcional interesse Público, junto a Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente pela Portaria Estadual nº 1.081/GM de 04/07/2005, e pela Lei nº 4.680, de 27/10/2005...

DECRETA:

Art. 1º Efetua a contratação de profissionais para prestarem Serviço de Atenção Básica aos povos Indígenas, a fim de atender as necessidades temporárias de excepcional interesse Público, junto a Secretaria Municipal de Saúde, através de Convênios firmados com o Governo Federal e Estadual, como segue:

QTD	PROFISSIONAL	CBO	C/H	SALÁRIO BASE
02	Médico de Saúde Indígena	2231-15	20 horas	R\$ 1.749,00
01	Odontólogo de Saúde Indígena	2232-72	40 horas	R\$ 1.749,00
02	Enfermeiro de Saúde Indígena	2235-60	40 horas	R\$ 1.749,00
02	Auxiliar de Enfermagem de Saúde Indígena	3222-20	40 horas	R\$ 538,00
04	Agente Indígena de Saúde	3522-10	40 horas	R\$ 410,00
04	Agente Indígena Sanitário	3522-10	40 horas	R\$ 410,00

Art. 2º A contratação dos profissionais citados no artigo anterior dar-se-á mediante teste seletivo simplificado.

Art. 3º Os contratos dos referidos profissionais terão vigência pelo período de 12 (doze) meses.

Art. 4º Fica aberto no vigente orçamento CRÉDITO ESPECIAL, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) para a execução da seguinte dotação orçamentária:

02 - Prefeitura Municipal de Rondonópolis	
14 - Fundo Municipal de Saúde	
10.301.2170.2106.1000 - Manutenção Básica - PAB FIXO	
31.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	R\$ 50.000,00
31.90.13.00.00 - Obrigações Patronais.....	R\$ 10.000,00
TOTAL	R\$ 60.000,00

Art. 5º Para cobertura do CRÉDITO ESPECIAL a que se refere o artigo anterior, serão utilizados os recursos por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

02 - Prefeitura Municipal de Rondonópolis	
14 - Fundo Municipal de Saúde	
10.301.2210.2099.099 - Conservação e Manutenção da Farmácia de Manipulação	
33.90.30.00.00 - Material de Consumo.....	R\$ 60.000,00

Art. 6º Fica inserido no anexo I da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e Anexo I do Plano Plurianual - PPA, as ações para manutenção do programa na unidade responsável: Secretaria Municipal de Saúde, no Programa 2170.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 27 de outubro de 2005; 90ª da Fundação e 51ª da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 4.133, DE 27 DE OUTUBRO DE 2005.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 1.740.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente pela Lei nº 4.683, de 27/10/2005...

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no vigente orçamento **Crédito Suplementar**, no valor de R\$ 1.740.000,00 (Hum Milhão Setecentos e Quarenta Mil Reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
01 - Secretaria do Governo Municipal	
04.122.2010.2010.010 - Manutenção do Gabinete do Vice - Prefeito	
31.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 40.000,00
05 - Secretaria Municipal de Educação	
12.122.2150.2033.033 - Manutenção do Gabinete	
31.90.13.00.00 - Obrigações Patronais	R\$ 15.000,00
09 - Secretaria Municipal de Desenv. Econômico e Meio Ambiente	
18.541.2300.2073.073 - Programa de Combate as Queimadas	
31.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	R\$ 10.000,00
13 - Fundo Municipal de Ação Social	
08.244.2300.2024.000 - Manutenção do Projeto Migrante	
31.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	R\$ 5.000,00
14 - Fundo Municipal de Saúde	
10.301.2170.2094.000 - Programa Saúde da Família - PSF	
31.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 200.000,00
10.301.2230.2100.100 - Manutenção das Atividades do Fundo	
31.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	R\$ 100.000,00
31.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 1.100.000,00
10.305.2200.2108.108 - Feto Financeiro Epidemiologia e Controle de Doenças - FECD - Vigilância Epidemiológica Ambiental	
31.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 60.000,00
10.301.2170.2099.100 - Programa de Agente Comunitário de Saúde - PACS	
31.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 100.000,00
10.301.2180.2222.222 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	
31.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 60.000,00
16 - Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer	
13.392.2250.2127.127 - Manutenção das Atividades da Cultura	
31.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 50.000,00
TOTAL.....	R\$ 1.740.000,00
Art. 2º Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos por anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:	
02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
02 - Procuradoria Geral	
04.122.2020.2018.018 - Manutenção do Setor	
31.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 60.000,00
04 - Secretaria da Receita Municipal	
04.123.2060.2031.031 - Manutenção do Setor	
31.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 300.000,00
05 - Secretaria Municipal de Educação	
12.122.2150.1007.007 - Ampliação da Secretaria Municipal de Educação	
44.90.51.00.00 - Obras e Instalações	R\$ 30.000,00
12.363.2030.1011.011 - Convênio com a Fundação de Apoio e Desenvolvimento da UFMT - Fundação UNISELVA	
33.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	R\$ 100.000,00
12.365.2130.2036.036 - Conservação e Reforma de Creches	
33.90.30.00.00 - Material de Consumo	R\$ 20.000,00
33.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - PF	R\$ 20.000,00
33.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	R\$ 60.000,00
07 - Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral	
04.121.2070.2065.065 - Manutenção do Setor	
31.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 100.000,00
09 - Secretaria Municipal de Desenv. Econômico e Meio Ambiente	
04.122.2310.2078.078 - Manutenção do Setor	
31.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 100.000,00
04.122.2310.2080.080 - Manutenção do Stand da Exposul	
33.90.30.00.00 - Material de Consumo	R\$ 1.660,00
33.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	R\$ 2.740,00

I - os dados cadastrais do declarante;

II - as informações sobre o documento comprobatório da prestação de serviço efetivada, emitido pelo prestador;

III - as informações sobre as contas de receita das instituições financeiras suscetíveis a incidência do **ISSQN**;

IV - os valores das deduções autorizadas por lei, decorrentes de imunidade, isenções ou redução da base de cálculo do tributo;

V - as informações sobre notas fiscais de prestação de serviços, recibos, faturas etc, recebidos pelo declarante, referentes a pagamento a prestadores de serviços, estabelecidos ou não no município de Rondonópolis-MT, bem como dos correspondentes valores do **ISSQN** retido na fonte.

Art. 3º - A **Declaração Mensal de Serviços** é obrigatória para:

I - Todos os estabelecimentos prestadores de serviços, pessoas jurídicas, estabelecidas no município de Rondonópolis-MT;

II - Todas as pessoas jurídicas, não prestadores de serviços, nomeadas contribuintes substitutos tributários na forma estabelecida no art. 47, da lei 1800/90, constantes na relação baixada no art. 3º, do Decreto 3140/00 e nos demais que o modificaram.

III - Outras pessoas que, a critério da Secretaria da Receita Municipal, sejam potenciais tomadoras de serviços.

Parágrafo único: A elaboração e entrega da **DMS** é opcional para prestadores de serviços de rudimentar organização, para aqueles que exerçam atividades em caráter temporário, bem como para aqueles cuja atividade dispensa a emissão de nota fiscal, neste caso, a Secretaria da Receita, através de ato do seu titular, com conhecimento do Departamento de Fiscalização, tomará iniciativa de comunicação que comunique e incorpore-se desincumbido da obrigação prevista no artigo 1º deste decreto.

Art. 4º - As informações eletrônicas da documentação mensal de serviços poderá ser enviada por meio magnético "internet", ou através de disquete de 3,5 (três e meia) polegadas, 1,44 Mb, este último entregue na Secretaria da Receita Municipal, no Setor de Arrecatação, mediante contra-recibo.

§ 1º - A entrega da **DMS**, de periodicidade mensal, será efetuada até o **décimo** dia do mês subsequente a ocorrência do fato gerador, desde que dia útil. O prazo será estendido para o próximo dia útil quando recair em feriado ou, dia que não haja expediente na repartição competente.

§ 2º - Para casos de entrega de **DMS retificadora**, a mesma poderá ser feita via Internet até o dia 30 (trinta) do mês subsequente à ocorrência do fato gerador do tributo. Após, somente será aceita em disquete.

§ 3º - Na hipótese de descumprimento do prazo fixado no parágrafo primeiro deste artigo para entrega da **DMS**, será aplicada, sem prejuízo do recolhimento do imposto devido, as multas previstas nas alíneas "o" e "r", do inciso IV, do artigo 91, da lei 1800/90.

§ 4º - Ocorrendo pedido de baixa ou suspensão da inscrição do contribuinte junto ao cadastro fiscal, torna-se obrigatória a entrega, no ato da protocolização do pedido, de todos os documentos e livros que a legislação determinar, as Declarações referentes aos períodos não declarados até o encerramento de suas atividades.

§ 5º - A **DMS** será entregue, ainda, na ocorrência das hipóteses de: fusão, cisão ou incorporação de pessoas jurídicas. Na ocorrência dessas hipóteses, a pessoa jurídica resultante fica responsável pela entrega da(s) **DMS** referentes a serviços prestados pelas empresas fusionadas, cindidas ou incorporadas.

§ 6º - O declarante que omitir qualquer das informações a que se refere o artigo 2º deste Decreto, ou prestá-las de forma inexata ou inverídica, será punido com a multa prevista na alínea "a", do inciso III, do art. 91, da lei 1800/90, sem prejuízo da ação Penal cabível, remetendo-se os documentos de conteúdo duvidoso ao Ministério Público Estadual, para apuração dos crimes contra a Fazenda pública.

Art. 5º - O recebimento da **DMS** será comprovado pela emissão de recibo gerado pelo programa, quando enviado pela Internet.

§ 1º - Na hipótese de entrega da **DMS** por meio de disquete, o recibo será gerado quando da validação do mesmo pelo Departamento de Arrecatação;

§ 2º - Na hipótese de ocorrência de problemas técnicos nos locais de recepção que impossibilitem o recebimento da declaração, deverá o contribuinte dirigir-se a Secretaria da Receita Municipal, munido da **DMS** gravada em disquete ou CD-ROM;

§ 3º - A **DMS** eventualmente rejeitada quando da entrega do disquete CD-ROM, deverá ser reapresentada com as devidas correções, sendo obedecidos os prazos fixados, estabelecidos no art. 4º deste decreto.

Art. 6º - Cada estabelecimento deve gerar sua própria Declaração Mensal de Serviços - **DMS**, devendo ser mantida pelo período de 5 (cinco) anos, para ser exibida à Autoridade Fiscal, quando solicitado.

Art. 7º - Ficou aprovada a versão 1.8 do programa de computador, de reprodução livre, elaborado pela **SEREM**, denominado **DEMMS - Módulo Declarante**, a partir do qual deverão ser gerados os dados de apuração do movimento de serviços prestados ou contratados.

Parágrafo único - Novas versões do programa serão aprovadas mediante Portaria baixada pelo titular da Secretaria da Receita Municipal.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

Rondonópolis, 26 de outubro de 2005; 90º da Fundação, 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado
No DIORONDON.

AILTON DAS NEVES

Secretário do Governo Municipal

EDENIO AVELINO DOS SANTOS

Secretário da Receita Municipal

Art. 15. Será permitida a inscrição, por procurador, mediante entrega da respectiva procuração, com firma devidamente reconhecida e acompanhada de cópia autenticada do documento de identidade do candidato e da identidade do procurador.

Art. 16. O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador, arcando com as consequências de erros no preenchimento do formulário de inscrição e na efetivação da inscrição.

Art. 17. O valor pago a título de inscrição não será devolvido em qualquer hipótese.

Art. 18. Os pedidos de inscrição significarão a aceitação, por parte do candidato, de todas as disposições deste Regulamento e dos editais que forem baixados para cada concurso público.

CAPÍTULO V DA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Art. 19. O Prefeito Municipal designará uma Comissão de Concurso Público, composta de, no mínimo, 6 (seis) membros, sendo um deles o Presidente.

Parágrafo único. A Comissão de Concurso Público funcionará em estreita articulação com a Secretaria Municipal de Administração, que lhe garantirá o local e demais condições necessárias à realização de seus trabalhos, e com as Secretarias Municipais solicitantes do concurso.

Art. 20. A Comissão de Concurso Público será responsável por:

I - acompanhar, junto com a entidade contratada pela Prefeitura Municipal de Rondonópolis, a estruturação do concurso público, em todas as suas etapas;

II - promover os atos administrativos e gerenciais necessários ao andamento do concurso;

III - decidir sobre os editais e demais atos que se fizerem necessários;

IV - fixar o valor da taxa de inscrição para o concurso;

V - promover a divulgação pública do concurso, nos termos do que dispõe o art. 4º do presente Regulamento;

VI - informar ao Prefeito Municipal, com base em razões devidamente fundamentadas, o adiamento de qualquer etapa, suspensão e a anulação, parcial ou total, do concurso;

VII - realizar as inscrições, cadastrar os candidatos, distribuir os cartões de identificação, presencialmente ou via postal, podendo terceirizar esse procedimento;

VIII - decidir sobre o tipo de prova a ser aplicada, conforme o cargo a ser provido;

IX - fornecer as informações necessárias para o levantamento adequado dos pré-requisitos dos cargos a serem preenchidos, visando à elaboração dos programas mínimos das provas;

X - decidir sobre a natureza das provas objetivas, o conteúdo, o número de questões, bem como definir os critérios de desempate;

XI - decidir sobre os critérios de avaliação de candidatos nas provas prático-orais e de títulos;

XII - designar e solicitar ao Prefeito Municipal a remuneração da equipe de fiscalização para aplicação das provas, de acordo com a estrutura definida pela entidade contratada;

XIII - designar Banca Examinadora para as provas prático-orais e de títulos, e definir seu funcionamento, dela recebendo os critérios de seleção e o resultado do julgamento;

XIV - contactar as entidades referidas no art. 23 deste Regulamento, para fins do exato cumprimento das disposições nele contidas;

XV - definir e divulgar locais e horários para realização das provas;

XVI - definir e divulgar local, horário e período para entrega de títulos;

XVII - preservar o sigilo das provas do concurso;

XVIII - excluir do concurso, por ato próprio, os candidatos que se portarem em desacordo com as normas estabelecidas neste Regulamento e no respectivo edital;

XIX - receber e repassar, se for o caso, em tempo hábil, à entidade especializada, contratada pela Prefeitura para a realização do concurso, os recursos interpostos pelos candidatos;

XX - acompanhar a execução do concurso realizado pela entidade contratada pela Prefeitura, zelando pelo cumprimento do contrato com ela firmado;

XXI - julgar, todos os recursos interpostos pelos candidatos, que forem de sua competência;

XXII - assinar a ata de encerramento da aplicação da prova, elaborada pelo chefe de local, no dia de realização do concurso.

Art. 21. Para fins deste Regulamento, as provas poderão ser de natureza classificatória ou eliminatória.

Art. 22. Caberá à entidade contratada pela Prefeitura Municipal de Rondonópolis para a realização do concurso:

I - designar Bancas Examinadoras para elaboração das provas objetivas, definir seu funcionamento e delas receber as questões das provas;

II - assumir a responsabilidade pelo sigilo que deve cercar as provas objetivas;

III - exercer rigorosa fiscalização na aplicação das provas, cuidando para que não haja quebra de sigilo;

IV - fornecer programas normalizados, na forma executável, visando à capacitação da Prefeitura para a realização do cadastramento dos candidatos;

V - emitir os cartões de identificação dos candidatos inscritos no concurso público;

VI - treinar a equipe de inscrição e cadastramento designada pela Comissão de Concurso;

VII - treinar a equipe de fiscalização das provas objetivas, designada pela Comissão de Concurso;

VIII - fixar as instruções normativas para a fiscalização das provas;

IX - estruturar o esquema de organização dos locais para aplicação das provas objetivas;

X - efetuar a distribuição das provas objetivas e dos demais materiais de apoio, nos locais indicados para a realização das provas, tomando as medidas necessárias à manutenção do sigilo;

XI - supervisionar e orientar os processos de aplicação e correção das provas objetivas;

XII - organizar as classificações parcial e final dos candidatos, mediante o resultado apurado nas diferentes etapas do concurso;

XIII - receber e emitir parecer sobre recursos interpostos pelos candidatos, encaminhados pela Comissão de Concurso;

XIV - efetuar o relatório do concurso, o qual será entregue ao Presidente da Comissão de Concurso Público.

Art. 23. Os conselhos regionais de profissões regulamentadas serão obrigatoriamente convidados, pela Prefeitura Municipal de Rondonópolis, a participar de todas as etapas do processo do concurso, desde a publicação deste Regulamento e do respectivo edital até a homologação e publicação dos resultados.

Art. 24. A Comissão de Concurso providenciará os locais necessários às etapas de inscrição e de aplicação de todas as provas objetivas e prático-orais, conforme o caso.

Art. 25. A Comissão de Concurso fornecerá o suporte administrativo necessário ao desenvolvimento das atividades da entidade especializada, contratada pela Prefeitura para a realização do certame.

CAPÍTULO VI DAS BANCAS EXAMINADORAS

Art. 26. Serão designadas, para cada tipo de prova a ser realizada no concurso, Bancas Examinadoras, compostas de pessoas de reconhecida idoneidade e notório saber nas matérias a examinar.

Art. 27. Compete às Bancas Examinadoras:

I - elaborar o conteúdo programático das disciplinas que constituem as provas objetivas;

II - elaborar as respectivas provas e fornecer gabaritos;

III - ficar à disposição da Comissão de Concurso e da entidade contratada para a realização do certame nos dias e horários devidamente aprazados;

IV - assumir a responsabilidade pelo sigilo que deve cercar as provas objetivas e orais e o processo de concurso de forma geral;

V - definir o conteúdo, aplicar e realizar o julgamento das provas de títulos;

VI - responder, nas respectivas áreas, às interposições de recursos, subsidiando as decisões da Comissão de Concurso e da entidade contratada para a realização do certame.

§ 1º A responsabilidade pela formação e designação das Bancas Examinadoras para elaboração das provas objetivas será da entidade contratada pela Prefeitura para a realização do certame, cabendo à Comissão de Concurso Público de Rondonópolis contatar as entidades referidas no art. 23 deste Regulamento, para fins de exato cumprimento das disposições nele contidas.

§ 2º Para as provas prático-orais e de títulos, a Comissão de Concurso designará Bancas Examinadoras compostas de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo um deles o Presidente, aplicando-se o disposto no inciso XI do art. 20 deste Regulamento.

CAPÍTULO VII DAS PROVAS

Art. 28. As provas serão preparadas segundo o disposto no art. 26 deste Regulamento e deverão conter questões dentro da especificidade dos cargos a que se referir o concurso.

Art. 29. A cada uma das matérias corresponderão questões sobre conteúdos específicos a serem definidas, quando da estruturação das provas, pela Comissão de Concurso e pela entidade contratada pela Prefeitura, para a realização do certame.

Art. 30. Não será permitido o acesso aos locais de prova aos candidatos que:

- I - comparecerem fora do horário estabelecido;
- II - não apresentarem o documento de identidade original;

III - comparecerem a qualquer uma das situações previstas neste artigo sem a apresentação do cartão de identificação.

Parágrafo único. O candidato que se enquadrar em qualquer uma das situações previstas neste artigo será automaticamente excluído do concurso.

Art. 31. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

Art. 32. Ao portador de deficiência é permitida a utilização de material tecnológico de uso hospitalar, observado o disposto no art. 11, §7º e §8º deste Regulamento.

Art. 33. Não haverá segunda chamada para qualquer das provas, importando a ausência do candidato, por qualquer motivo, inclusive moléstia ou atraso, em sua exclusão automática do concurso.

Art. 34. As questões das provas serão entregues aos candidatos, já impressas, não sendo permitido pedir esclarecimento sobre seu enunciado ou sobre o modo de resolvê-las.

Art. 35. As respostas das provas objetivas serão devidamente identificadas e marcadas pelo candidato, em cartão-resposta, que será assinado no local destinado para tal fim e devolvido ao fiscal de sala.

Parágrafo único. Não haverá substituição de cartão-resposta, salvo se, no ato de sua entrega ao candidato, for verificado que o mesmo se encontra danificado ou contém erro de impressão de dados de identificação do candidato.

Art. 36. Durante a realização da prova, não será permitido ao candidato, sob pena de ser excluído do concurso:

I - comunicar-se, de qualquer forma, com outros candidatos ou pessoas estranhas ao concurso;

II - utilizar anotações, livros ou impressos, salvo as fontes informativas, quando forem declaradas no edital;

III - utilizar sinais ou quaisquer outros meios que quebrem o sigilo da prova ou possibilitem a sua identificação;

11/15

IV - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na companhia de um fiscal;

V - utilizar celulares, calculadoras ou quaisquer equipamentos eletrônicos.

Art. 37. Verificado qualquer dos fatos excludentes previstos no artigo anterior, far-se-á a apreensão da prova, lançando-se nela o motivo, com declaração assinada por, pelo menos, um fiscal e anexando-se a ela o respectivo cartão-resposta.

Art. 38. As salas de prova serão fiscalizadas por pessoas especialmente designadas, vedando-se o ingresso de pessoas estranhas ao concurso.

Art. 39. Expirado o prazo para resolução das questões das provas objetivas, os cartões-resposta serão recolhidos, devidamente assinados pelos candidatos, e encaminhados para correção por leitura ótica.

CAPÍTULO VIII DO JULGAMENTO

Art. 40. As provas objetivas e prático-orais serão avaliadas de acordo com o constante do respectivo anexo II do edital do concurso.

Parágrafo único. A correção das provas objetivas será de responsabilidade da entidade contratada pelo município para a realização do concurso.

Art. 41. A contagem dos pontos obtidos nas provas de títulos obedecerá ao estabelecido no edital do concurso.

CAPÍTULO IX DA HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO

Art. 42. Será considerado aprovado o candidato que obtiver o grau mínimo exigido para aprovação estabelecido no edital do concurso.

Art. 43. A classificação dos candidatos aprovados será feita em ordem decrescente dos pontos obtidos.

Art. 44. A homologação do concurso será feita por ato do Prefeito Municipal, mediante a apresentação das listagens finais dos resultados do certame.

Art. 45. A nomeação obedecerá à ordem rigorosa de classificação, observado o disposto no art. 11, § 9º deste Regulamento.

Art. 46. Em caso de empate na classificação, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

I - obtiver o maior número de pontos na prova de conhecimentos técnico-profissionais;

II - tiver o maior número de filhos

III - for o mais idoso.

§ 1º. Quando a igualdade de notas envolver, pelo menos, 1 (um) candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o desempate far-se-á considerando como primeiro critério o mais idoso.

§ 2º. Os candidatos em igualdade de classificação serão chamados, se necessário, a comprovar as condições de preferência mencionadas neste artigo, no prazo que lhes for fixado.

Art. 47. Apurada a classificação, esta será publicada, como resultado final do concurso, em ordem decrescente das notas.

Art. 48. É requisito para investidura nos cargos ter recebido manifestação favorável, referente à sindicância de vida pregressa.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no caput, o interessado deverá firmar declaração da qual conste não haver sofrido condenação definitiva por crime doloso ou contravenção, nem penalidade disciplinar no exercício de função pública qualquer.

CAPÍTULO X DOS RECURSOS E REVISÕES

Art. 49. Aos candidatos serão assegurados recursos em todas as etapas do concurso.

Art. 50. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas do concurso poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

I - seja dirigido à Comissão de Concurso Público, de acordo com o modelo previamente estabelecido pela Prefeitura Municipal de Rondonópolis;

II - seja entregue no Protocolo da Prefeitura Municipal de Rondonópolis, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do ato que motivou a reclamação;

III - os motivos apresentados sejam especificados com clareza e amplamente fundamentados.

§ 1º Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não estiver fundamentado ou for apresentado fora do prazo estabelecido no inciso II deste artigo.

§ 2º Caso o ato de deferimento do recurso implique anulação de questão de prova, todos os candidatos serão atingidos pela decisão, independentemente de terem ou não interposto recurso.

§ 3º No caso de o gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação, independentemente de recurso.

Art. 51. Será dada publicidade às decisões dos recursos.

CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 52. A prestação de declaração ou documentos falsos ou inexatos e a não apresentação de documentos exigidos importarão na insubsistência da inscrição, nulidade da habilitação e perda dos direitos decorrentes, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

Art. 53. O não comparecimento do candidato a qualquer etapa do concurso importará na sua exclusão.

Art. 54. Não haverá realização de provas e exames fora do dia, horário e locais marcados para todos os candidatos, qualquer que sejam as alegações nesse particular.

Parágrafo único. Os candidatos que requererem condições especiais para realização de provas, sendo tais condições comprovadas,

poderão prestar provas em local determinado pela Comissão de Concurso, sendo, no entanto, mantidos o mesmo horário e data de prova fixada para todos os candidatos.

Art. 55. Os casos omissos deste Regulamento serão resolvidos pela Comissão de Concurso Público, *ad referendum* do Prefeito Municipal.

Art. 56. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 26 de outubro de 2005; 90ª da Fundação e 51ª da
Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 4.131, DE 26 DE OUTUBRO DE 2005.

Regulamenta o art. 70, da lei 1800/90, estabelece normas para implantação e operacionalização da Declaração Mensal de Serviços – DMS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

Considerando, que a Secretaria da Receita Municipal vem buscando mecanismos eficientes para otimização do lançamento e arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

Considerando, a necessidade imperiosa de dar celeridade aos procedimentos que objetivam o lançamento e a arrecadação do tributo, bem como desburocratizá-los, proporcionando aos contribuintes comodidades e segurança para cumprimento de suas obrigações;

Considerando, finalmente, o que estabelece os parágrafos 1º e 2º, do artigo 70, da Lei Municipal 1800/90 (Código Tributário do Município de Rondonópolis).

Art. 2º – As pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, mencionadas no art. 1º deste Decreto, estabelecidas no município de Rondonópolis/MT, que prestarem ou contratarem serviços alcançados pelo ISSQN, deverão entregar, mensalmente, ao Fisco municipal a Declaração Mensal de Serviços – DMS.

§ 1º – A declaração mencionada no caput deste artigo deverá ser elaborada e encaminhada ao Fisco municipal por sistema magnético ou eletrônico (em disquetes ou via Internet);

§ 2º – As pessoas jurídicas de direito público ou privado, que durante o mês de competência não apresentarem operação tributável pelo ISSQN e não contratarem serviços de terceiros, deverão apresentar a Declaração Mensal de Serviços Negativa, acusando a ausência de movimento tributável;

§ 3º – Ficará a cargo da Secretaria da Receita Municipal, o desenvolvimento de software necessário à implantação e operacionalização da DMS, a fornecê-lo, a título gratuito, às pessoas obrigadas ao cumprimento da obrigação estabelecida no artigo 1º deste decreto. Também, ficará a cargo da SEREM, disponibilizar técnicos para dar suporte de implantação e acompanhamento da DMS junto às pessoas responsáveis;

§ 4º – A entrega da DMS será exigida a partir de 01/01/2006.

§ 5º – A entrega da DMS desobriga o prestador de serviços de elaborar qualquer outra forma de livro de apuração do ISSQN, permanecendo mantida a obrigatoriedade de exibição dos demais livros e documentos relacionados no § 4º, do art. 68, da lei 1800/90.

§ 6º – Em relação ao tomador do serviço, obrigado a elaboração e entrega da DMS, esse fará, quando da efetiva retenção do tributo, emissão de comprovante do montante retido, que será fornecido ao prestador para comprovação da retenção.

Art. 2º – Na Declaração Mensal de Serviços, prevista no art. 70, da lei 1800/90 e regulamentada por este Decreto, constarão: